

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

NOTA TÉCNICA N ° 89/ 2016

PAAF n° 0024.16.017537-8

1. **Objeto:** Casa das Irmãs Marcelinas.
2. **Endereço:** Avenida Clóvis de Andrade Ribeiro, n° 467, Centro.
3. **Município:** Cambuquira.
4. **Propriedade:** Instituto das Irmãs Marcelinas.
5. **Objetivo:** Análise do valor cultural da Casa das Irmãs Marcelinas.



Figura 1 – Mapa com a localização do município de Cambuquira. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cambuquira>. Acesso 02-02-2016.

6. Contextualização:

A Casa das Irmãs Marcelinas foi inventariada pelo município de Cambuquira no ano de 2011.

Em 04 de abril de 2014, foi realizada reunião extraordinária do CODEMA de Cambuquira, na qual foi analisado o pedido de corte de árvores na chácara das Irmãs Marcelinas, objetivando a implantação de um empreendimento imobiliário.

Nesta reunião, após discorrer sobre a importância das árvores no ecossistema, a presidente do CODEMA argumentou que não havia necessidade do corte imediato das árvores, sem a demarcação do loteamento. Aconselhou que, após a demarcação do loteamento, o comprador do lote deveria entrar na prefeitura com a planta de construção e o pedido do corte de árvores para ser analisado. Ressaltou que se houver demora na venda dos lotes haverá um “clarão” na chácara, comprometendo o ambiente verde com

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

que os cambuquirenses estavam acostumados há mais de 60 anos. Ressaltou ainda que a chácara era protegida por meio do inventário.

Em seguida, ainda nesta mesma reunião, a presidente do CODEMA procedeu à leitura de um documento técnico, elaborado por engenheira ambiental, indeferindo o corte das árvores por questões ambientais. Cópia deste documento foi entregue ao representante do corretor e ao das Irmãs Marcelinas.

Em 28 de abril de 2014, o empreendedor encaminhou ao CODEMA de Cambuquira ofício, comunicando que o corte de árvores se daria com a ciência e anuência dos proprietários do imóvel para implementação de dois blocos de apartamentos. Consta do ofício a relação de árvores a serem suprimidas, sendo 11 jabuticabeiras, 2 abacateiros, 1 quaresmeira, 1 palmeira, 137 pés de café, 3 laranjeiras, 21 mangueiras e 3 tangerineiras. Acompanha o ofício relatório fotográfico do terreno e anteprojeto do empreendimento. Argumentou-se que o empreendimento ofereceria novas oportunidades de trabalho, mais moradia e melhor qualidade de vida, aumentando fluxo de capital econômico, social e financeiro da cidade. Como compensação, para cada árvore cortada foram propostas três mudas, de modo a contribuir para arborização e revegetação urbana.

Em 11 de agosto de 2014, a Rede de Educação Marcelinas encaminhou ao Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural de Cambuquira ofício questionando o inventário do imóvel e requerendo sua exclusão do Inventário de Proteção do Acervo Cultural- IPAC de Cambuquira.

Em 27 de julho de 2016, o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Cambuquira encaminhou a esta Promotoria ofício solicitando a realização de vistoria para elaboração de parecer técnico sobre a Casa das Irmãs Marcelinas.

7. Descrição Histórica:

6.1. Breve Histórico de Cambuquira:¹

A denominação Cambuquira é de origem Tupi-Guarani- *Caà-ambyquira*: brotos de ervas, mato brotado ou broto de aboboreira, iguaria muito cultivada e apreciada pelos primeiros moradores.

A origem do município foi no atual Largo de São Francisco onde se localizava a Fazenda Boa Vista, de propriedade das irmãs Ana, Joana e Francisca da Silva Goulart.

Com o falecimento das três irmãs, que não deixaram herdeiros, foi designado através de testamento, que a posse de parte das terras da Fazenda Boa Vista passaria para os antigos escravos da propriedade. Dessa forma, coube aos negros a parte central da fazenda, que corresponde as atuais áreas urbana e suburbana do município. O restante das terras ficou para Manoel Martins Ribeiro e José Martins Ribeiro.

¹ Informações extraídas, na maior parte, do Plano de Inventário de Cambuquira e do Dossiê de Tombamento da Imagem de São Sebastião pesquisados junto ao IEPHA.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Ao tomar conhecimento da formação do novo arraial nas terras da antiga fazenda, a Câmara Municipal de Campanha tomou a iniciativa de desapropriar, por utilidade pública, os terrenos pertencentes aos negros, uma vez que a descoberta de fontes de água mineral no local começou a atrair diversos forasteiros, em busca de suas propriedades terapêuticas.

“(...) Os pretos (...) começaram a criar obstáculos à intromissão de forasteiros que, seduzidos pelas notícias sobre as miraculosas virtudes das águas que brotavam na região, eram atraídos à histórica fazenda. Em face disso, a Câmara Municipal de Campanha julgou de bom altrive considerar a propriedade de utilidade pública, opinando pela sua desapropriação (...)”².

Esta desapropriação, cuja indenização aos negros atingiu a soma de oitocentos mil réis, ocorreu em 1861 e provocou o deslocamento dos donos das terras para a região denominada “Marimbeiro”, local onde já residia o Alferes José Antônio Rodrigues, apelidado de *Cambuquira*, uma vez que se dedicava à produção e ao comércio de cambuquiras (grelho de abóbora).

Em 1872, fundou-se o Arraial de nome Águas Virtuosas de Cambuquira, erigido como distrito de Campanha. Em 1874 o arraial já contava com 53 edificações.

O distrito foi criado em 1880 com a denominação de São Sebastião de Cambuquira. Pela Lei Estadual nº 2 de 14 de setembro de 1891, o distrito de São Sebastião de Cambuquira foi transferido para o município de Três Corações do Rio Verde.

Em 1894 a inauguração da Estrada de Ferro trouxe dinamismo à região e a partir da proclamação da República em 1889, a Empresa União Industrial dos Estados do Brasil, destinada à exploração comercial de águas minerais, tentou criar em Cambuquira uma infra-estrutura para as estâncias minerais do município.

Pelo Decreto nº 807, de 28 de janeiro de 1895, as atividades de exploração das águas minerais foi transferida à Empresa Lambari- Cambuquira. Em 1899 foi inaugurado o Parque das Águas de Cambuquira. Esta empresa foi responsável ainda pela captação das principais fontes existentes na região, tendo o químico francês Charles Berthaud se tornado o profissional responsável pela análise científica das águas.

Em 1906, a Empresa Lambari- Cambuquira incorporou-se a Caxambu, formando a Empresa Caxambu-Lambari- Cambuquira. No entanto, Caxambu era privilegiada em detrimento das outras duas localidades que integravam a empresa. Água mineral de Cambuquira chegou a ser engarrafada com o rótulo de Caxambu.

Em 12 de maio de 1909, através do Decreto-Estadual nº 2.528, o distrito de São Sebastião de Cambuquira foi desmembrado de Três Corações do Rio Verde. Porém, a criação do município de Vila de Cambuquira ocorreu em 1911, pela Lei nº 556 de 30 de agosto de 1911.

Em 11 de março de 1912 a exploração das águas de Cambuquira foi concedida a Azarias de Brito Sobrinho que em 11 de dezembro do mesmo ano transferiu esta

²IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – Volume XXIV. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

concessão por quinhentos contos de réis para Alcindo Bastos, Armando Guzzi, Dr. Jerônimo Monteiro, Joaquim Victor de Souza Meirelles Netto, Estevão Lisboa e Pedro Martins.

A denominação do município para apenas Cambuquira ocorreu com a Lei nº 843, de 7 de setembro de 1923.

Na Revolução Constitucionalista de 1932, Cambuquira serviu de base para as tropas federais que lutariam contra os paulistas entrincheirados na cidade de Cruzeiro.³



Figura 2- Mapa do município de Cambuquira, 1939. Fonte: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo.php?lid=1017. Acesso 06-12-2016.

Nas décadas seguintes, o turismo na cidade desenvolveu-se em ritmo intenso, levando-a ao título oficial de Estância Hidromineral em 1970. Segundo Barbosa “(...) Cambuquira dispõe de seis fontes de água mineral: 4 no vale da cidade, 1 no vale do Marimbeiro e 1 no vale do Laranjal (...)”⁴.

³ Fonte: <http://cambuka.blogspot.com.br>. Acesso dezembro de 2012.

⁴ BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte-Rio de Janeiro, Editora Itatiaia Limitada: 1995.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figuras 3 e 4- Imagens antigas de Cambuquira: Igreja Matriz ao lado da primeira capela construída na cidade e Parque das Águas na década de 1930, respectivamente. Fonte: Plano de Inventário de Cambuquira pesquisado junto ao IEPHA.

6.2. Breve Histórico da Casa das Irmãs Marcelinas⁵:

A Congregação Marcelina foi fundada em Cernusco, Milão - Itália, em 1838, por Monsenhor Luis Biraghi. Atualmente, a Congregação Marcelina tem representações na Itália, França, Inglaterra, Suíça, Albânia, Brasil, México, Canadá e Benin. Além das escolas e faculdades, as Irmãs Marcelinas atuam em diversos setores da sociedade: hospitais, obras assistenciais e promocionais, asilos, creches, leprosário, educação popular, catequese paroquial. Em Belo Horizonte o colégio foi fundado em 1952, sendo que, na época, a instituição só recebia meninas e funcionava em regime de internato.

Preocupada com o trabalho árduo e contínuo desenvolvido pelas Irmãs em Belo Horizonte, a Superiora Irmã Maria Raquel Pires começou a procurar um local em que as Irmãs pudessem descansar. Ao mesmo tempo, o lugar deveria servir para abrigar as alunas internas que tinham dificuldades de retornar ao convívio familiar durante os feriados prolongados e as férias curtas. Assim, a casa Nossa Senhora do Divino Pranto, localizada na cidade mineira de Cambuquira, entrou em funcionamento em 11 de julho de 1963.

O imóvel que abriga a Casa das Irmãs Marcelina foi construído em 1922, sendo seu proprietário o engenheiro civil Gabriel Flávio Carneiro que se casou com Gabriela Sales Gomes Carneiro. O casal teve sete filhos, todos nascidos e criados no imóvel.

Após a aquisição do imóvel pelo Instituto das Irmãs de Santa Marcelina, a edificação teria passado por reformas, cujo projeto foi executado pelo engenheiro italiano Luiz Machetti.

A partir daí, a casa passou a receber alunas do Instituto das Irmãs de Santa Marcelina de Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. As alunas pertenciam a

⁵ As informações inseridas neste tópico foram extraídas da Ficha de Inventário da Casa das Irmãs Marcelinas, elaborada em 2011 e dos seguintes sites:

http://www.marcelinas.com.br/belo Horizonte/principal_interna.asp?local=1&id=118&seg=0,

<http://www.marcelinas.com.br/brasil/balancosocial2012/atividade20.php>.

<http://www.guiamuriae.com.br/noticias/cidade/fieis-buscam-beatificacao-de-freira-que-trabalhou-colegio-santa-marcelina-em-muriae/>. Acesso 05-12-2016.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

famílias ricas e estudavam em regime de internato. Cerca de 50 alunas eram atendidas por temporada.

Com a popularização das propriedades terapêuticas das estâncias hidrominerais e o final do sistema de ensino de internato em 1968, a edificação passou a atender religiosos, além de funcionar como uma pousada para leigos, permanecendo assim até os dias atuais, o Neste contexto, foram realizadas reformas na Casa das Irmãs Marcelinas, transformando quartos amplos em algumas suítes, o que permitiu que o imóvel passasse a ser uma hospedagem – não somente para alunas e Irmãs, mas também para diversas pessoas que necessitavam de tratamento com águas minerais e aquelas que ficavam para descansar. Em 1970, um grande quarto foi dividido e, entre 1997 e 1998, nova divisão foi realizada em outro grande dormitório. Embora não haja nenhuma identificação do imóvel como pousada, famílias, casais e principalmente senhoras se hospedam no local em busca de calma e tranquilidade.

Em 2005, o imóvel recebeu nova camada pictórica, além da substituição de pisos na sala de jantar.

No ano de 2011, quando o inventário foi realizado, residiam na edificação as irmãs Maria Taffarel, Helena Silva e Úrsula Munaro.



Figura 5- Casa das Irmãs Marcelinas em Cambuquira.

É importante ressaltar que, desde o início, as Irmãs Marcelinas se ocuparam de obras sociais em Cambuquira, da catequese na paróquia e da instrução religiosa de grupos de jovens. Na casa, ensinavam trabalhos manuais, ajudavam grupos para a preparação dos sacramentos e atendiam a idosos sem famílias. Isso levou ao estabelecimento

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

do asilo, o Lar dos Velhinhos da Irmã Marieta (que foi quem coordenou a iniciativa em seu início) que atualmente conta com 40 leitos e está sob os cuidados de um grupo de leigos e das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora.

O trabalho missionário segue até os dias de hoje, uma vez que as Irmãs ainda recebem hóspedes na casa. Também se dedicam à Infância Missionária e à Pastoral Vocacional (. Além disso, as Irmãs participam de grupos de evangelização nas famílias, das Novenas de Páscoa, da celebração do Natal e dos eventos da paróquia, além de acompanharem o padre na Pastoral das comunidades rurais.

Destaca-se em Cambuquira o trabalho da Irmã Laura Motta que viveu na cidade entre 1973 e 2010, coordenando várias iniciativas que trouxeram muitos benefícios à população. Foi ela que fundou o grupo dos Alcoólicos Anônimos e, sensibilizada com a pobreza na periferia de Cambuquira, com o auxílio da Irmã Anna Bisegna, construiu 13 casas em um terreno que foi doado para abrigar pessoas sem moradias. Fundou também a Associação Amor Fraternal, que servia refeições, doava roupas e fornecia pousada a moradores de rua e mendigos.

A dedicação de Irmã Laura à comunidade fez com que ela fosse homenageada com o título de Cidadã Cambuquirense. Festas foram realizadas em comemoração aos seus 60 anos de vida religiosa e seus 90 anos de idade.

Irmã Laura faleceu em 13 de fevereiro 2014 e a partir daí os moradores de Cambuquira já iniciaram a busca por sua beatificação. Desde sua morte, todo o dia 13 de cada mês, moradores se reúnem em torno do túmulo de seu túmulo para rezarem o terço. Várias graças já são atribuídas à “Santa dos Alcoólatras”. No entanto, a Igreja Católica só permite a abertura de processos de beatificação depois do quinto ano de morte da pessoa. Os moradores de Cambuquira já começaram a reunir depoimentos para beatificação de Irmã Laura.

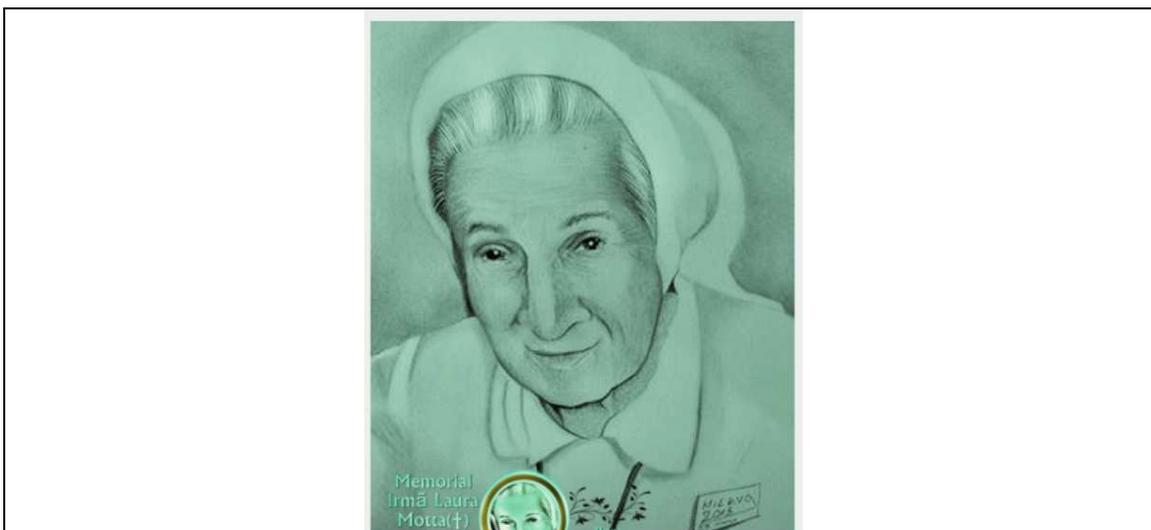


Figura 6- Desenho representando a Irmã Laura. Fonte: <https://irmalauramemorial.wordpress.com/2015/11/24/irma-laura-motta-exemplo-de-vida-e-santidade/>. Acesso 06-12-2016.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 7- Manifestação popular direcionada à Irmã Laura em frente a Casa das Irmãs Marcelinas. Fonte: <http://prebeatificacaoirmalauramotta.blogspot.com.br/>. Acesso 06-12-2016.

6. Análise Técnica:

De acordo com documentação encaminhada a esta Promotoria, a Casa das Irmãs Marcelinas foi inventariada pelo município de Cambuquira no ano de 2011 e o seu estado de conservação foi considerado bom.

Trata-se de edificação implantada no centro de terreno em aclave de grandes dimensões. O imóvel conta com jardins na porção frontal e lateral direita, além de quadra, área de lazer e espaço permeável dotado de vegetação arbórea de médio e grande porte. No afastamento posterior há uma horta e o fechamento do terreno é realizado por grade metálica na parte frontal e muros no restante do terreno.

Há dois acessos para a edificação, realizados pela Avenida Clóvis de Andrade Ribeiro e pela Avenida João Thomaz de Liz. A edificação de características ecléticas com influências do neocolonial desenvolve-se em dois pavimentos.

No documento, em que a Rede de Educação Marcelinas solicita a exclusão da Casa da Marcelinas do IPAC de Cambuquira, argumenta-se que, em função das intervenções sofridas ao longo do tempo, a edificação não apresenta padrão arquitetônico definido e por isso não é merecedora de proteção ou preservação cultural.

O setor técnico desta Promotoria destaca que não é apenas o valor arquitetônico ou artístico que torna um bem cultural digno de proteção. Nos últimos anos, as políticas e práticas desenvolvidas na área de preservação vêm adquirindo nova abrangência. O enfoque dado anteriormente apenas aos monumentos considerados de excepcional valor arquitetônico ou artístico amplia-se ao adotar o conceito de “patrimônio cultural” estendendo-se à memória social da coletividade.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Tendo como base o breve histórico e as características arquitetônicas descritas na ficha de inventário da Casa das Irmãs Marcelinas, bem como as informações constantes dos *sites* pesquisados para elaboração deste trabalho, pode-se afirmar que o imóvel possui atributos e significados que justificam a sua preservação, apresentando:

- **Valor arquitetônico e estilístico**, uma vez que preserva características que remetem ao ecletismo com influências neocoloniais.
- **Valor histórico**, uma vez que se trata de uma edificação construída nas primeiras décadas do século XX.
- **Valor paisagístico e ambiental**, pois está implantada em terreno de aclave, destacando-se na paisagem urbana do município. Além disso, o terreno onde se implanta a edificação é dotado de vegetação arbórea de médio e grande porte que cumpre importante função ambiental no contexto urbano da cidade.
- **Valor evocativo**, já que está indissociavelmente ligado à figura de Irmã Laura, que ingressou na Congregação Marcelina em 1942, tendo vivido em Cambuquira de 1973 a 2010. O reconhecido trabalho religioso e social realizado por Irmã Laura na cidade fundamenta pedido para sua beatificação. O túmulo da Irmã já se configura como local de oração.
- **Valor cognitivo**, que está associado à possibilidade de conhecimento. A existência da edificação permite que as técnicas construtivas utilizadas no início do século XX sejam conhecidas.
- **Valor afetivo**, pois se constitui referencial simbólico para o espaço e memória da população da cidade de Cambuquira.



Figuras 8 e 9 – Imagens com a Casa das Irmãs Marcelinas aos fundos.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figuras 10 e 11 - Imagens da Casa das Irmãs Marcelinas em Cambuquira.



Figura 12 - Imagem da vegetação arbórea no terreno onde se implanta a Casa das Irmãs Marcelinas.

Em análise à proposta de intervenção apresentada, constatou-se que se pretende construir dois prédios de três pavimentos no terreno lateral à edificação, onde atualmente há um pomar com diversas árvores, muitas delas de grande porte. Os prédios se implantariam no trecho frontal do terreno, com área de lazer nos fundos. As vagas de estacionamento se localizam nas laterais e fundos dos edifícios, com áreas de circulação e manobra adjacente às mesmas. Não há no projeto indicação de manutenção das árvores existentes.

Constatamos que segundo o levantamento apresentado, que as árvores existentes se distribuem por todo o terreno, estando as de maior porte situadas nos trechos frontal e central.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

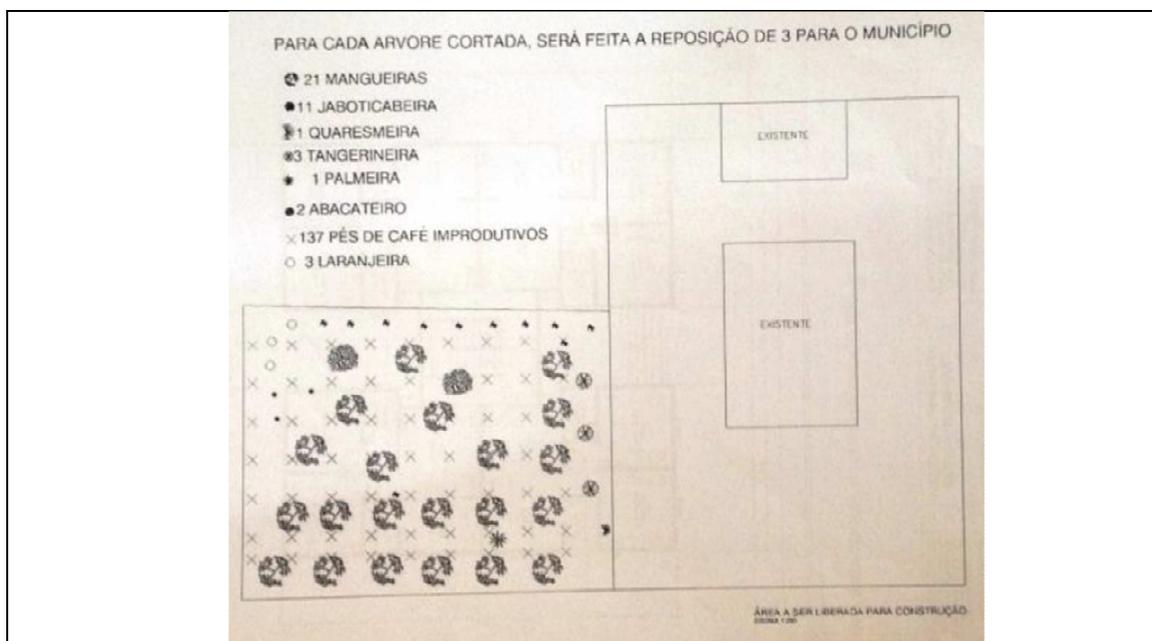


Figura 13 – Levantamento das árvores existentes.

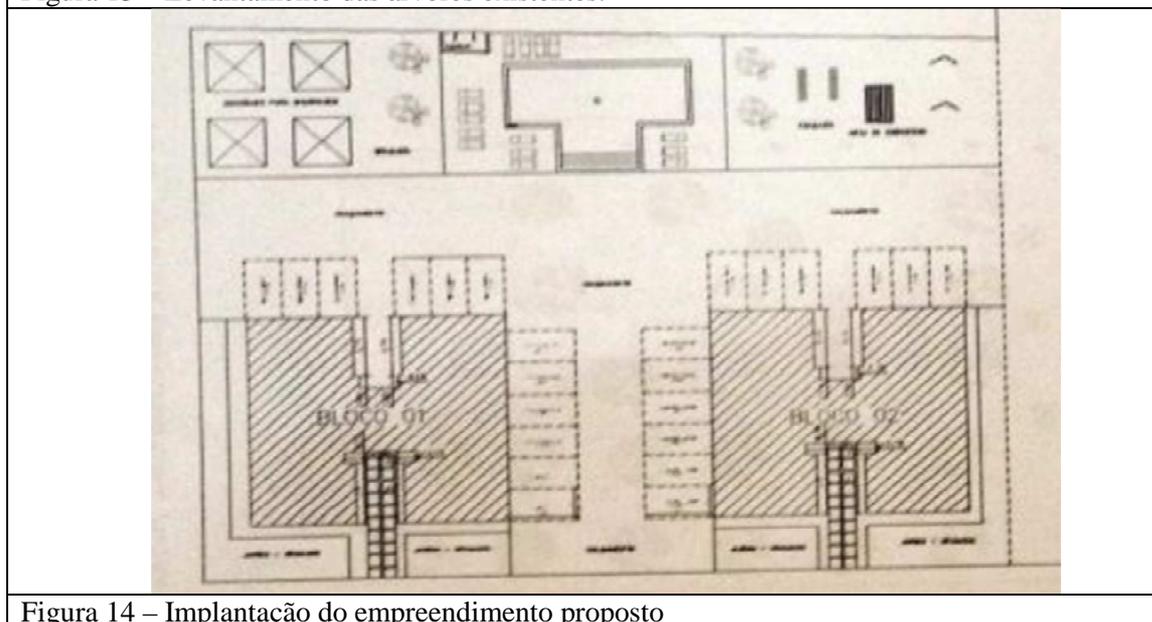


Figura 14 – Implantação do empreendimento proposto

7. Conclusões e Sugestões:

A Casa das Irmãs Marcelinas, localizada na Avenida Clóvis Ribeiro de Andrade, nº 467, no Centro de Cambuquira, possui valor cultural, ou seja, possui atributos e significados que justificam a sua proteção. Acumula valores arquitetônico, histórico, evocativo, cognitivo, afetivo, ambiental e paisagístico. Constitui-se referencial simbólico



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

para a memória e a identidade do município que, ao realizar o inventário da edificação, reconheceu sua relevância cultural.

Neste sentido, a Casa das Irmãs Marcelinas **não deve ser excluída do Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural de Cambuquira.**

O corte das árvores existentes no terreno onde a edificação está implantada para dar lugar a empreendimento imobiliário certamente romperá com o equilíbrio da paisagem urbana. No entanto, considera-se que é possível compatibilizar os interesses econômicos com a preservação do patrimônio cultural e ambiental do local.

Este Setor Técnico não vê impedimento à construção de empreendimento imobiliário no lote onde está o pomar, desde que respeitadas a legislação urbanística e ambiental do município.

Entretanto, sugerimos que a proposta do projeto do empreendimento seja revista, de forma a preservar o maior número possível de árvores já existentes. Este objetivo poderá ser alcançado, por exemplo, com a implantação dos prédios na parte posterior do terreno, onde atualmente há árvores de menor porte, que poderão transplantadas com maior facilidade para outros locais, até mesmo dentro do terreno das irmãs Marcelinas. O estacionamento de veículos pode ser subterrâneo, sob os prédios, e os espaços de lazer podem ser eliminados ou distribuídos por entre as árvores, deixando maior trecho de terreno livre e possibilitando a permanência das árvores.

8. Encerramento:

São essas as considerações deste setor técnico, que se coloca à disposição para o que mais se fizer necessário.

Belo Horizonte, 06 de dezembro de 2016.

Andréa Lanna Mendes Novais
Analista do Ministério Público – MAMP 3951
Arquiteta Urbanista – CAU 27713-4

Neise Mendes Duarte
Analista do Ministério Público – MAMP 5011
Historiadora



Rua Timbiras, n.º 2941 - Barro Preto - Belo Horizonte-MG - CEP 30140-062
Telefax (31) 3250-4620 – E-mail: cppo@mpmg.mp.br